



Análise Social, 257, LX (4.º), 2025, 2-13

O desenvolvimento de Portugal: um breve retrato cinco décadas depois do 25 de Abril. Este artigo discute o desenvolvimento socioeconómico de Portugal após o 25 de Abril a partir dos objetivos constantes do Programa do MFA e segundo três dimensões: proteção social e provisão pública; regulação laboral e repartição do rendimento; e propriedade dos meios de produção. Conclui-se que Portugal transitou de uma democracia de alta intensidade no período revolucionário para um regime social-liberal, mantendo traços semiperiféricos e contradições entre avanços sociais e limitações na democratização económica. O artigo analisa ainda o papel das ciências sociais nestes processos, dos debates sobre semiperiferia aos bloqueios contemporâneos na habitação.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento socioeconómico; Portugal; 25 de Abril; Estado social; Democratização económica.

The development of Portugal: a brief portrait five decades after April 25th. This article discusses Portugal's socioeconomic development after the 1974 Revolution based on the objectives set forth in the MFA Program and according to three dimensions: social protection and public provision; labor regulation and income distribution; and ownership of the means of production. It concludes that Portugal transitioned from a high-intensity democracy during the revolutionary period to a social-liberal regime, maintaining semi-peripheral characteristics and contradictions between social advances and limitations on economic democratization. The article also analyzes the role of the social sciences in these processes, from the debates around the semi-peripheral condition to contemporary blockages in the housing sector.

KEYWORDS: Socioeconomic development; Portugal; 25th April Revolution; Welfare state; Economic democratization.

<https://doi.org/10.31447/44076> | e44076

ALEXANDRE ABREU

O desenvolvimento de Portugal: um breve retrato cinco décadas depois do 25 de Abril

O 50.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 constitui uma ocasião apropriada para exercícios de balanço em torno das transformações por que passou a sociedade portuguesa nas décadas entretanto transcorridas. Nesse contexto, e na medida em que o próprio golpe de Estado, e posteriormente a própria revolução por ele originada, constituíram um exercício deliberado de introdução de transformações (na verdade, de ruturas) sociais, parece-nos particularmente interessante proceder a esse balanço numa perspetiva comparativa entre os objetivos declarados da Revolução e os resultados por ela produzidos. É um breve exercício desse tipo, em diálogo com um conjunto de outros contributos de economistas, historiadores e outros cientistas sociais, que o presente texto se propõe realizar.

A HETEROGENEIDADE COMO FORÇA DO DESENVOLVIMENTO

Em nenhuma revolução, enquanto processo social complexo, é verdadeiramente possível identificar motivações homogéneas e unânimes que perpassem o conjunto da sociedade. Pelo contrário, é precisamente na heterogeneidade e, em muitos casos, na contradição entre essas motivações, bem como entre as dinâmicas a que essas contradições dão origem, que reside parte importante da explicação para os rumos inesperados dos processos revolucionários e pós-revolucionários. Em todo o caso, se algum documento expressa e sintetiza as motivações e objetivos políticos da revolução portuguesa, esse documento é com certeza o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) anunciado ao país no dia 26 de abril de 1974, inclusive na medida em que este documento foi o resultado da cristalização de documentos anteriores preparados no seio da oposição democrática e constituiu, desde logo, o resultado de confrontos e compromissos entre diferentes perspetivas e posições dentro do próprio MFA

(MFA, 1974; Bebiano, 2018). É a este documento que remonta a ideia de uma revolução motivada por “três Dês” principais – Democratizar, Descolonizar, Desenvolver – embora, em bom rigor, nenhuma destas três palavras surja explicitamente no documento, sendo elas o resultado de uma interpretação e classificação externas ao mesmo.

De entre estes “três Dês”, o “D” de “desenvolver” coloca-nos uma aporia particular, bem conhecida de quem se dedique aos estudos do desenvolvimento: a enorme fluidez do próprio conceito de desenvolvimento, que incorpora dimensões tanto positivas como normativas e, dentro destas últimas, é suscetível de albergar as mais contrastantes posições ideológicas e visões da sociedade. Por outras palavras: discutir o desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesas após o 25 de Abril e de que forma o processo revolucionário impulsionou esse desenvolvimento pode ser feito de muitas maneiras e a partir de muitas perspetivas. Numa abordagem mais positiva, por exemplo, pode dizer respeito à forma como a estrutura produtiva se foi transformando, em particular no sentido da sua qualificação, e como isso se refletiu, designadamente, em indicadores como o rendimento *per capita* da população portuguesa e a respetiva convergência ou divergência face a outras economias mais avançadas (Lopes, 1999, 2004; Amaral, 2022). Numa abordagem simultaneamente mais normativa e mais ampla, estamos antes a falar da forma como evoluiu o feixe de direitos substantivos, mas também de vulnerabilidades, da população portuguesa nos domínios principais que asseguram a qualidade de vida, o que não dispensa a atenção a questões como a participação, a emancipação e a justiça social (cf. o conjunto de contributos, em diversos domínios, compilado em Reis, 2020).

Embora estas duas dimensões daquilo que podemos apelidar de “desenvolvimento” estejam relacionadas entre si, fazem-no de formas complexas e, em particular, permitem articulações muito distintas com a questão da democracia. No primeiro sentido indicado em cima – a transformação qualitativa e quantitativa das estruturas produtivas –, o desenvolvimento económico não só pode dispensar perfeitamente a democracia – política mas sobretudo laboral e industrial – como abundam os exemplos históricos de processos de modernização produtiva levados a cabo por regimes autoritários, o que aliás se compreende facilmente quando consideramos que a própria repressão tende a criar condições favoráveis para a acumulação de capital (Leftwich, 1995). Já no segundo sentido, amplo e normativo, o desenvolvimento não pode dispensar a democracia porque: (i) a democracia é *constitutiva* do desenvolvimento e não tem para com este último uma relação meramente instrumental; e (ii) a democracia é necessária para assegurar as dimensões de emancipação e justiça social que são também essenciais para esta aceção de desenvolvimento (Sen, 1999).

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL

Concretizando para o caso português, é certo que a economia portuguesa passou objetivamente por processos de relevante transformação produtiva, forte crescimento económico e convergência significativa em relação às economias mais avançadas durante as décadas finais do Estado Novo. É igualmente factual que algumas das décadas subsequentes de democracia, em particular as mais recentes, têm sido nalguns períodos caracterizadas por processos de involução da estrutura produtiva, relativa estagnação e por vezes divergência económica real face a outras economias mais avançadas, designadamente europeias. As leituras e interpretações efetuadas a partir destas constatações têm, no entanto, partido em direções bastante distintas.

No que ao crescimento económico e industrialização tardia nas décadas finais do Estado Novo diz respeito, encontramos, por um lado, autores como Neves (1994), Amaral (1998) ou, mais recentemente, Palma (2023) que sublinham o notável desempenho do período e, por essa via, os méritos modernizadores do Estado Novo, independentemente de eventuais reservas que o carácter autoritário do regime lhes possa suscitar. Para outros autores, em contrapartida, a avaliação das transformações ocorridas neste período não pode dispensar a consideração da natureza oligárquica e conservadora do processo de modernização em causa (Louçã, 2020) ou, nas palavras de Reis (2019), “a dimensão absolutamente limitada dessa industrialização, os seus escassos efeitos na constituição de uma economia e de uma sociedade modernas [e] a sua concentração inicial na acumulação de capital, sem repercussões essenciais no emprego e no mercado do trabalho”. Acresce ainda o facto de a generalidade das economias avançadas terem registado taxas de crescimento especialmente elevadas nas décadas correspondentes ao final do Estado Novo, não por acaso designadas como trinta anos gloriosos ou três décadas douradas do pós-II Guerra Mundial. A crescente abertura relativamente a uma envolvente internacional que se encontrava na sua fase de maior dinamismo em toda a História é obviamente uma parte central da explicação do desempenho da economia portuguesa neste período (Costa, Lains e Miranda, 2016).

Da mesma forma, o desempenho por vezes dececionante da economia portuguesa nalgumas décadas mais recentes, já no contexto do período democrático, não pode ser desligado da evolução do contexto internacional (de uma forma geral, muito menos dinâmico e mais atreito a crises financeiras) de 1980 em diante, nem das circunstâncias desfavoráveis da inserção económica internacional da economia portuguesa nas últimas décadas, que propiciaram processos de desindustrialização prematura, financeirização e consolidação de um padrão de especialização semiperiférico, com destaque

para o complexo turístico-imobiliário (Rodrigues, Santos e Teles, 2016; Reis, 2018; Caldas, 2020; Mamede, 2020; Martins e Mamede, 2022 – ver ainda Drago neste número temático).

Ainda mais relevante do que isso, porém, é a questão da natureza qualitativa do modelo de desenvolvimento antes e depois do 25 de Abril. Vale aqui a pena recordar que o programa do MFA não se referia a um desenvolvimento económico abstrato, à promoção do crescimento económico ou sequer à transformação da estrutura produtiva; referia-se antes, especificamente, à adoção de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia anti-monopolista.

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses. [MFA, 1974, p. 45]

Para lá do aspeto mais conjuntural do combate à inflação e ao custo de vida, o que mais salta à vista nestes dois parágrafos é a explícita tomada de posição em defesa dos interesses das “classes populares” e das “camadas [...] mais desfavorecidas” e o enfrentamento dos interesses monopolistas prevalentes na economia portuguesa. Por outras palavras, o desenvolvimento almejado pela Revolução não era uma aceleração do ritmo de acumulação das forças produtivas, mas fundamentalmente uma alteração fundamental no sentido da democratização dos processos de repartição do rendimento, regulação laboral, propriedade dos meios de produção e provisão de bens e serviços essenciais. Era nesse plano que a modernização conservadora do Estado Novo falhava redondamente, na medida em que tinha um carácter monopolista, autoritário e assente na exploração do trabalho desprovido de direitos em múltiplas esferas, tanto na metrópole como de forma especialmente brutal nas colónias (Reis, 2018; Louçã, 2020; Rosas, 2020; sobre o desenvolvimentismo repressivo no contexto tardo-colonial, cf. Jerónimo, 2017).

É também neste plano que vale a pena avaliar até que ponto é que o período revolucionário e as décadas subsequentes foram bem-sucedidos. Para tal, parece-nos útil delinear um quadro de análise assente em três eixos distintos, relativamente aos quais podemos identificar, ao longo das cinco décadas de democracia, trajetórias de evolução distintas. São eles: i) a proteção social e provisão pública de serviços essenciais; ii) a regulação laboral e a repartição primária do rendimento; iii) a propriedade e concentração dos meios

de produção. O argumento que aqui desenvolvemos, apoiado em análises de outros autores relativamente a cada um destes domínios, é que o período revolucionário permitiu transformações extraordinárias em todos eles, mas a trajetória subsequente foi, nalguns casos e especialmente nos dois últimos domínios, de retrocesso.

A criação e consolidação do Estado social, nos seus vários pilares, é sem dúvida o domínio em que as mudanças operadas no último meio século na sociedade portuguesa são mais evidentes (Branco, 2022). É na sequência da Revolução de Abril que ocorre a criação (formalmente em 1979) e capacitação de um Serviço Nacional de Saúde com cobertura universal e altamente qualificado no lugar de um sistema de saúde incipiente assente nas “famílias, instituições privadas e serviços médico-sociais da Previdência” (SNS, s.d.). É também em democracia que ocorre o alargamento do ensino público obrigatório e quase universal de seis para 12 anos e o acesso ao ensino universitário de uma parcela muito significativa da população (Eurydice, 2024). Foi ao longo dos cinquenta anos de democracia que se instituiu um sistema de segurança social público com três camadas complementares (previdencial, de proteção à família e de proteção social de cidadania), incluindo medidas de proteção face a um conjunto alargado de riscos e vulnerabilidades associados à velhice, invalidez, doença, parentalidade e diversas prestações de combate à pobreza, na sequência daquilo que Pereirinha e Pereira (2022) apelidam de “revolução Beveredgiana de 1974” (cf. também Branco, 2017). Em termos quantitativos, a despesa anual da Segurança Social passou de cerca de 5% do PIB em 1974 para perto de 20% nos últimos anos (Abreu, 2023).

Certamente, importa discutir as limitações e debilidades em cada um destes domínios, como os problemas que afligem atualmente o SNS ou as limitações no acesso à proteção social por parte dos trabalhadores precários. Podemos alertar para as alterações político-institucionais regressivas registadas nas últimas duas décadas ao nível do regime previdencial de segurança social, que nos devem alertar para a insuficiência de uma análise exclusivamente com base na evolução da despesa. Ademais, devemos apontar aquele que foi sempre o pilar mais fraco do Estado social em Portugal: a habitação, com apenas 2% do parque habitacional em mãos públicas e com insuficiências que têm vindo a tornar-se especialmente notórias nos últimos anos (Antunes, 2019; Tulumello, 2024, ver também Drago e Jorge neste número da *Análise Social*). Porém, na nossa leitura, não há dúvida que as mudanças e avanços registados de uma forma geral neste domínio alargado da proteção e da provisão públicas foram tendencialmente crescentes ao longo destes 50 anos. Terão permitido criar um regime de Estado social que, nalgumas dimensões, se aproxima hoje muito mais de um modelo social-democrata, ainda que com lacunas e elementos

remanescentes de familismo, do que da matriz de assistência meramente familiar e corporativa que vigorava nas vésperas da Revolução.¹

Também no domínio da regulação das relações laborais, o período revolucionário marcou uma rutura profundíssima com a ordem socioeconómica da ditadura. Datam dos primeiros anos após a Revolução a instauração de direitos laborais fundamentais como o direito à greve, o salário mínimo, a liberdade sindical, o subsídio de desemprego, os 13.º e 14.º meses de salário para a generalidade dos trabalhadores ou a redução do horário de trabalho (Rosas, 2020). Estes direitos garantiram uma democratização substantiva das relações industriais e, a par da coletivização de uma parte significativa dos meios de produção durante o período revolucionário, terão contribuído para uma alteração muito significativa da repartição primária do rendimento em favor dos trabalhadores. Por exemplo, a parte ajustada dos rendimentos do trabalho no produto interno bruto a custo de fatores disparou de cerca de 75% antes da Revolução para mais de 90% em 1975 e 1976, o que constituiu o seu máximo histórico (Abreu, 2020).

A inversão desta tendência dar-se-ia logo a partir de 1977, inaugurando um longo período de “readaptação social e desvalorização do trabalho”, nas palavras de Soeiro (2024), com sucessivas vagas de flexibilização da legislação laboral, enquadradas de forma excecional pelos três programas de ajustamento negociados com o Fundo Monetário Internacional (em três momentos distintos: 1977, 1983 e 2011) e de modo mais generalizado pelo processo de integração europeia. No contexto português, isto deu origem à “consolidação de uma sociedade precária” (Soeiro, 2024) associada aos espaços mais desregulados de um mercado de trabalho fortemente segmentado e polarizado (Dias, Kovács e Cerdeira, 2020). Consequentemente, e de forma não surpreendente, de 1977 em diante assiste-se igualmente a um declínio significativo da parte dos rendimentos do trabalho no PIBpm, que cai em termos ajustados dos referidos mais de 90% em 1976 para perto de 70% em 1979 e cerca de 60% em 1984, estabilizando entre 60% e 70% desde então (Abreu, 2020).

Podemos identificar um padrão semelhante no que diz respeito à propriedade e concentração dos meios de produção. Consabidamente, o período revolucionário rompeu de forma muito significativa com o padrão de concentração

1 Fazendo referência à tipologia clássica de regimes de bem-estar introduzida por Esping-Andersen (1990), vários autores preferem enquadrar o caso português num modelo de bem-estar sul-europeu, caracterizado por aspetos como o papel alargado do terceiro setor, a existência de lacunas importantes no sistema de proteção, o papel das famílias, etc. Ver, por exemplo, Ferrera (1996) e Silva (2002). Em todo o caso, interessa-nos aqui mais o processo de evolução ao longo destas cinco décadas, que envolve um afastamento face às lógicas familiares e corporativas e um reforço das dimensões públicas, universalistas e social-democratas.

oligárquica que caracterizava a ditadura. Fê-lo por via da nacionalização de partes significativas do tecido produtivo português, da ocupação e autogestão de um grande número de unidades produtivas pelos trabalhadores, da emergência de um setor cooperativo relevante e de um processo de ocupação das terras agrícolas, especialmente no Sul, nos anos de 1974-75 (Piçarra, 2020; Suárez, 2020).

Ora, também neste domínio, o refluxo pós-revolucionário vai ocorrer passado relativamente pouco tempo. A reversão das ocupações agrárias ocorre logo nos anos seguintes, tendo como momento-chave a Lei n.º 77/77, conhecida como “Lei Barreto” (Rosas, 2020). Por sua vez, a reversão das nacionalizações inicia-se com um conjunto de medidas legislativas e institucionais ao longo da década de 1980, incluindo a alteração da Lei de Delimitação de Setores, em 1983; a revisão constitucional de 1989; e a Lei-Quadro das Privatizações, de 1990. A reabertura à iniciativa privada no setor bancário funcionou como pivô para a reassunção de posições privadas dominantes num conjunto alargado de setores ao longo das vagas seguintes de privatização, com especial intensidade no final dos anos 90. Assistiu-se, assim, à recomposição de uma estrutura dominada por um número limitado de grupos económicos, que nalguns casos eram os mesmos que dominavam a economia na fase final do Estado Novo, a par da perda de importância dos setores empresarial público e cooperativo e, numa fase mais recente, da penetração crescente do capital estrangeiro. Em suma, as tendências predominantes de 1980 em diante foram sempre no sentido da privatização e da liberalização do tecido produtivo, à imagem do que sucedeu na generalidade das economias avançadas, anulando-se assim a maior parte das dimensões de controlo democrático da produção por via direta (cooperativa ou autogestionária) ou pública ensaiadas no período revolucionário e dando lugar ao restabelecimento de uma estrutura de propriedade da produção quase exclusivamente privada e, em setores como a distribuição e a finança, com níveis elevados de concentração oligopolística e poder de mercado (Rodrigues, 2022). O mesmo é dizer: um panorama muito diferente do imaginado no Programa do MFA.

Colocando agora lado a lado as tendências e contratendências identificadas em cada um destes três eixos de análise, torna-se possível resumir de forma estilizada a trajetória de desenvolvimento da sociedade portuguesa nos últimos cinquenta anos como tendo compreendido, no período propriamente revolucionário, a substituição do modelo de modernização conservadora do final do Estado Novo por um período de democracia de alta intensidade com forte participação popular; e, nas décadas desde então, pela gradual transição para um modelo social-liberal relativamente alinhado com o modelo hegemónico a nível europeu, ainda que com as debilidades características de uma

economia semiperiférica, como a escassa industrialização (e incipiente desindustrialização), os desequilíbrios externos, o endividamento externo, a desarticulação territorial ou a fragilidade da estrutura produtiva (Reis, 2018; Santos e Reis, 2018). Este modelo social-liberal² articula um regime de proteção social e provisão pública de serviços essenciais com características sociais-democratas, ainda que com lacunas; um mercado de trabalho fragmentado, com amplos segmentos caracterizados pela precariedade e pela vulnerabilidade; e um tecido produtivo predominantemente privado em que coexistem amplos setores rentistas de caráter oligopolístico com alguns casos pontuais de inovação e alta produtividade.

Ao longo destes 50 anos, a produção analítica e prospetiva no seio das várias ciências sociais tem refletido a evolução da sociedade e da economia portuguesas. Da discussão teórica em torno da condição semiperiférica da sociedade portuguesa (Santos, 1985; Santos e Reis, 2018) aos debates em redor das perspetivas de desenvolvimento no seio da moeda única (Blanchard, 2006; Amaral, 2013) aos mais recentes bloqueios no acesso à habitação (Ribeiro e Santos, 2019; Tulumello, 2024; Drago neste volume) – para referir apenas alguns de inúmeros exemplos possíveis – verificamos que o papel das ciências sociais jamais se limita à análise e caracterização de processos decorridos ou em curso, antes desempenhando um papel central na identificação e hierarquização dos problemas e na proposta de soluções e rumos de desenvolvimento, inevitavelmente influenciados pelos posicionamentos normativos e políticos dos seus proponentes. Temos poucas dúvidas de que assim continuará a ser no futuro. Até porque, se é certo que o Portugal de 2024 é incomparavelmente diferente para melhor do que o Portugal de 1973, o cumprimento de muitas promessas de Abril continua a ser um trabalho em curso.

2 Rodrigues (2022, p. 267) chama antes “neoliberalismo incrustado” a esta “compatibilização e complementaridade entre privatização e liberalização económicas, de um lado, e investimento e proteção social, do outro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. (2020), “Acerca da repartição funcional do rendimento”. *Notas Económicas*, 50, pp. 85-101. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-203X_50_6.
- ABREU, A. (2023), “Portugal’s inequality regime: many contradictions, multiple pressures”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 130. <http://journals.openedition.org/rccs/14479>, consultado a 14 de janeiro de 2025.
- AMARAL, J.F. (2013), *Porque Devemos Sair do Euro*, Alfragide, Lua de Papel.
- AMARAL, L. (1998), “Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra”. *Análise Social*, 33 (148), pp. 741-776. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1998148.04>.
- AMARAL, L. (2022), *Economia Portuguesa: As Últimas Décadas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ANTUNES, G. (2019), “Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade”, *Forum Sociológico*, II (34), pp. 7-17.
- BEBIANO, R. (2018), “A criação do MFA”. In M. Cardina e B. S. Martins (eds.), *As Voltas do Passado. A Guerra Colonial e as Lutas de Libertação*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 256-263.
- BLANCHARD, O. (2006), “Adjustment within the euro. The difficult case of Portugal”. *Port. Econ. J.*, 6, pp. 1-21. <https://doi.org/10.1007/s10258-006-0015-4>.
- BRANCO, R. (2017), “Entre Bismarck e Beveridge: sociedade civil e Estado-providência em Portugal (1960-2011)”. *Análise Social*, 52 (224), pp. 534-558. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2017224.02>.
- BRANCO, R. (2022), *Proteção Social no Portugal Democrático. Trajetórias de Reforma*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CALDAS, J. C. (2020), “A desindustrialização prematura e as possibilidades de reindustrialização em Portugal”. In J. Reis (coord.), *Como Reorganizar Um País Vulnerável?*, Coimbra, Actual Editora.
- COSTA, L., LAINS, P., MIRANDA, S. (2016), *An Economic History of Portugal, 1143-2010*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DIAS, J., KOVÁCS, I., CERDEIRA, M. (2020), “Mudanças recentes na estrutura de emprego em Portugal: segmentação e polarização”. *Sociologia On Line*, 22. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2020.22.6>.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity.
- EURYDICE (2024), *Portugal: Desenvolvimento Histórico*, disponível online em: <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/desenvolvimento-historico>, consultado a 15 de janeiro de 2025.
- FERRERA, M. (1996), “The ‘Southern model’ of welfare in social Europe”. *Journal of European Social Policy*, 6, pp.17-37. <https://doi.org/10.1177/095892879600600102>.
- JERÓNIMO, M.B. (2018), “Repressive developmentalism: idioms, repertoires, and trajectories in late colonialism”. In T. Martin, A. S. Thompson (eds.), *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Oxford Handbooks. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198713197.013.40>, consultado a 13 de março de 2025.
- LEFTWICH, A. (1995), “Bringing politics back in: Towards a model of the developmental state”. *Journal of Development Studies*, 31 (3), pp. 400-427.
- LOPES, J.S. (1999), *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva.
- LOPES, J.S. (2004), *A Economia Portuguesa no Século xx*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- LOUÇÃ, F. (2020), “A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século xx”. In F. Rosas, F. Louçã, J. T. Lopes, A. Peniche, L. Trindade, M. Cardina, coords., *O Século XX Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 31-48.
- MAMEDE, R.P. (2020), “Financialisation and structural change in Portugal: A Euro-resource-curse?”. In *Financialisation in the European Periphery*, Londres, Routledge, pp. 64-81.
- MARTINS, D., MAMEDE, R.P. (2022). “Alternative views on Portuguese stagnation: from the Euro’s inception to the COVID-19 pandemic”. *International Journal of Political Economy*, 51 (1), pp. 49-64. <https://doi.org/10.1080/08911916.2022.2046345>.
- MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (MFA) (1974), “Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas”. In O. Neves (org.) (1975) *Textos Históricos da Revolução*, Lisboa, Diabril Editora.
- NEVES, J.C. (1994), “O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global”. *Análise Social*, 29 (128), pp. 1005-1034. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1994128.11>.
- PALMA, N. (2023), *As Causas do Atraso Português*, Lisboa, Dom Quixote.
- PEREIRINHA, J. A., PEREIRA, E. (2022), *Regime de Mínimos Sociais em Portugal*, Coimbra, Almedina.
- PIÇARRA, C. (2020), “A reforma agrária e o seu impacto na sociedade rural dos campos do Sul, 1975-1977”. In M. F. L. de Barros, A. P. Gato (eds.), *Desigualdades*, Porto, Publicações do CIDEHUS. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.13657>.
- REIS, J. (2018), *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1960-2017)*, Coimbra, Almedina.
- REIS, J. (2019), “A primeira industrialização “moderna”: a economia política de uma indústria sem economia nem país (1960-1974)”. In A. Cunha, (ed.), *Economia e História: Estudos em Homenagem a José Maia Brandão de Brito*, Lisboa, Colibri.
- REIS, J. (2020), *Como Reorganizar Um País Vulnerável*, Coimbra, Actual Editora.
- RIBEIRO, R., SANTOS, A. C. (2019), “Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto”. *Análise Social*, 233, pp. 726-758. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2019233>.
- RODRIGUES, J. (2022), *O Neoliberalismo não É Um Slogan*, Lisboa, Tinta-da-china.
- RODRIGUES, J., SANTOS, A. C., TELES, N. (2016), *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*, Coimbra, Actual Editora.
- ROSAS, F. (2020), “Os quatro regimes”. In F. Rosas, F. Louçã, J. T. Lopes, A. Peniche, L. Trindade, M. Cardina, *O Século xx Português: Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império*, Lisboa, Tinta-da-china.
- SANTOS, A. C., REIS, J. (2108), “Portugal: uma semiperiferia reconfigurada”. *e-cadernos CES*, 29. <https://doi.org/10.4000/eces.3163>.
- SANTOS, B. (1985), “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”. *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 869-901.
- SEN, A. (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.
- SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (SNS) (s. d.). *História do SNS*. <https://www.sns.gov.pt/sns/servico-nacional-de-saude/historia-do-sns/>, consultado a 15 de janeiro de 2025.
- SILVA, P. (2002), “O modelo de *welfare* da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, pp. 25-59.
- SOEIRO, J. (2024), “O trabalho, entre as «promessas de Abril» e a regulação neoliberal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 133. <https://doi.org/10.4000/11pr3>.

- SUARÉZ, M. (2020), “A autogestão no processo revolucionário português de 1974-75”. In P. Cabreira (org.), *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal: Atas do IV Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em Portugal e III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea. https://ihc.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/2021/01/Historia-Movimento-Operario_2020.pdf, consultado a 15 de janeiro de 2025.
- TULUMELLO, S. (2024), *Habitação para além da “Crise”: Políticas, Conflito, Direito*, Lisboa, Tigre de Papel.

Recebido a 20-12-2024. Aceite para publicação a 20-06-2025.

ABREU, A. (2025), “O desenvolvimento de Portugal: um breve retrato cinco décadas depois do 25 de Abril”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44076. <https://doi.org/10.31447/44076>.

Alexandre Abreu » alexandreabreu@iseg.ulisboa.pt » ISEG Research, ISEG Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa » Rua Miguel Lupi, 20 — 1249-078 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-9148-3380>.
